

WEIQI MEI

meiweiqi@hotmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-4014-8445>

Tianjin Normal University, Tianjin, China

1999: O ANO DA TRANSIÇÃO NA IMPRENSA DIÁRIA PORTUGUESA E CHINESA EM MACAU

RESUMO

Neste trabalho pretende-se estudar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau trataram a transferência de poderes no ano de 1999. Com base na teoria de *frames* e na teoria do estudo comparativo do jornalismo, iremos explorar o processo de construção dos enquadramentos jornalísticos e os fatores que o influenciaram. Os objetos analisados foram os jornais *Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN* e *Va Kio*, que, em 1999, eram os jornais mais representativos das comunidades portuguesa e chinesa de Macau. Através da análise de *frames*, concluímos que os fatores estruturais de Macau, como o modelo da administração separada e a estrutura binária da sociedade, levaram a que os discursos jornalísticos locais sobre a “questão de Macau” fossem construídos pelos discursos políticos de Portugal e da China; os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas destes países determinaram as posições políticas e os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

PALAVRAS-CHAVE

transferência de poderes de Macau; imprensa de Macau; análise de *frames*; relações luso-chinesas; estudos de jornalismo

ABSTRACT

The current project seeks to look into how Portuguese and Chinese-language newspapers in Macao addressed the handover of Macao in 1999. Based on the frames theories and the theory of comparative journalism study, we will

explore the process of development of the journalistic frameworks and their influencing factors. The objects of analysis are *Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN*, and *Va Kio*, which constitute the most representative newspapers of the Portuguese and Chinese communities in Macao. Analysing the frames, we conclude that structural factors, such as the separate administrative system and the binary structure of society, lead local journalistic discourses on the issue of Macao to develop from the political discourse of the two countries. The interests and diplomatic strategies of Portugal and China influenced the political stance and frameworks of Portuguese and Chinese-language newspapers in Macao.

KEYWORDS

the handover of Macao; Macao press; frame analysis; Portuguese-Chinese relations; study of journalism

INTRODUÇÃO

Macau é uma cidade onde a coexistência de culturas diversificadas é uma característica de longo prazo. Desde a primeira chegada dos portugueses, em 1557, à transferência de poderes para a China, em 1999, Macau sempre teve uma posição especial na história da China e de Portugal. As intensas mudanças políticas e sociais na China e em Portugal provocaram, especialmente ao longo do século XX, um grande impacto nos *media* locais de Macau: por um lado, as mudanças políticas internacionais e domésticas da China e de Portugal levaram ao aumento da busca de informações relativas a pessoas de Macau, o que promoveu a criação e o desenvolvimento de jornais modernos; por outro lado, essas alterações nos ambientes midiáticos moldaram as características especiais dos jornais locais portugueses e chineses de Macau.

A coexistência da imprensa local nas línguas portuguesa e chinesa é um dos reflexos da diversidade cultural em Macau. Macau é única, no sentido em que é o território do mundo com o maior rácio entre o número de jornais e o número de leitores. Se já antes da transferência administrativa de 1999 existiam sete jornais diários e nove semanários em língua chinesa para os chineses locais, uma população de menos de 500.000 pessoas, essa proporção era ainda mais elevada no que respeita à imprensa portuguesa, uma vez que existiam três diários e quatro semanários em língua portuguesa dirigidos a uma comunidade que não tinha mais de 10.000 pessoas. Esta situação é o resultado do modelo administrativo especial de Macau e das suas mudanças sociais ao longo de 400 anos. Assim, além

das áreas da comunicação e do jornalismo, o estudo da imprensa macaense é relevante para os campos das ciências políticas e da sociologia. Sob o modelo da administração separada e da estrutura binária da sociedade, o tópico “como a imprensa de Macau constrói a narrativa histórica de Macau” tornou-se muito importante para a investigação no âmbito da imprensa de Macau.

Para os *media*, a “transferência de poderes de Macau de 1999” já não é considerada apenas como uma transferência de poder administrativo, mas é tratada como um evento noticioso complicado, ligado a vários aspetos políticos e sociais, tais como as relações diplomáticas, emoções nacionais e imagens nacionais, entre outros, tendo-se tornado um evento noticioso com significados abundantes.

Embora geograficamente Macau seja um local pequeno, a importância e a influência da “transferência de poderes de Macau” são inversamente proporcionais à sua superfície. Por um lado, a história especial de Macau fez com que este evento se tornasse um elemento importante para a construção e o reforço da identidade nacional chinesa. Por outro lado, devido às contínuas disputas territoriais internacionais, o regresso de Macau à administração chinesa e a viabilidade da fórmula “um país, dois sistemas”, que foi a política escolhida para resolver as questões de Hong Kong e Macau, atraiu também muitas atenções do mundo. Especialmente nos últimos anos, a instabilidade da situação política de Hong Kong fez com que o “regresso de Macau” fosse sempre visto como objeto de comparação na exploração das causas dos diferentes resultados da implementação do modelo “um país, dois sistemas”. Por isso, o tópico “transferência de poderes de Macau” foi central para os estudos de ciências da comunicação, de política e de sociologia e, em termos de investigação, tem um valor significativo.

Com o presente trabalho pretende-se explorar como a imprensa portuguesa e chinesa trataram a transferência de poderes de Macau, no ano de 1999. O trabalho desenvolve-se com base nas teorias do estudo comparativo do jornalismo e nas teorias de *frames* e *framing*, e irá realizar-se em dois níveis: teórico e substantivo. Relativamente ao nível teórico, pretendemos realizar uma análise das culturas jornalísticas da China e de Portugal e dos seus contextos históricos, políticos, sociais e culturais, assim como dos ambientes mediáticos de Macau, de forma a identificar os elementos explicativos dos padrões e dos enquadramentos encontrados. No plano substantivo, iremos realizar um estudo quantitativo e outro qualitativo da cobertura da transferência de poderes para podermos compreender as características e a evolução dos seus padrões jornalísticos, bem como resumir os enquadramentos das peças jornalísticas analisadas e explorar os fatores influentes nesse processo de construção.

Para comparar e estudar de forma mais abrangente os jornais de línguas portuguesa e chinesa em Macau, seleccionámos como objeto de estudo os quatro jornais mais importantes de Macau (dois em língua portuguesa e dois em língua chinesa), dos quais foram extraídas as 2.531 peças jornalísticas referentes ao ano de 1999, que constituem o *corpus* da nossa análise.

FATORES QUE INFLUENCIARAM A FORMAÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS

As notícias não são produtos naturais, e não estão isoladas ou são produzidas em vácuo. São, sim, o resultado da construção da realidade social feita pelos meios de comunicação. Portanto, o processo de construção jornalística vai sempre ser afetado pelos vieses ideológicos e pelas estruturas cognitivas dos jornalistas (Tuchman, 1978). Assim, iremos explorar os fatores influenciadores da produção de notícias em dois níveis: os fatores internos, nos quais se incluem as diferenças nos sistemas mediáticos da China e de Portugal; e os fatores estruturais que afetam a construção dos enquadramentos jornalísticos, ou seja, o impacto dos fatores políticos, sociais e culturais de Macau na cobertura da transição daquela região para a China em 1999.

FATORES INTERNOS: DIFERENÇAS NO SISTEMA MEDIÁTICO DA CHINA E DE PORTUGAL

O sistema mediático desempenha um papel decisivo na construção do discurso jornalístico. As relações entre o Estado e os *media* afetam diretamente o uso do poder da fala. Quem exerce o poder do Estado racionaliza “as verdades universais” em que acredita e usa “as verdades construídas” para enquadrar os outros atores sociais e as suas ações (Goffman, 1974). Assim, as relações de poder refletidas nos sistemas mediáticos determinam o processo e os resultados da construção do discurso, ou seja, as diferenças nos sistemas mediáticos levam a diferenças fundamentais na construção do discurso jornalístico.

As diferenças nos sistemas mediáticos da China e dos países ocidentais estão enraizadas em modelos teóricos. Por outras palavras, os *media* chineses e ocidentais baseiam-se em diferentes sistemas de teorias filosóficas. O sistema mediático da China é baseado na filosofia marxista tradicional, com tendência para o controlo do Estado, prevalecendo o chamado “princípio partidário”. Sob este fundamento filosófico, os *media* da China desempenham um papel de instrumento de propaganda do partido, enfatizando as funções de mobilização, organização e educação das massas (Wang, 1998).

Em contraste, os sistemas dos *media* dos países ocidentais baseiam-se na filosofia do liberalismo. A filosofia tradicional do liberalismo enfatiza a importância da liberdade, nomeadamente as liberdades civis e a liberdade de expressão, exigindo a restrição do controlo do poder estatal (Siebert et al., 1956). O modelo liberal representado pelos Estados Unidos, em particular, coloca o mercado na posição dominante dos sistemas mediáticos e, portanto, o seu sistema caracteriza-se por um elevado grau de comercialização. Em comparação com o sistema americano, os modelos de França e de Portugal, devido à sua cultura partidária, apresentam uma característica pluralista, enquadrados num modelo mediterrânico/pluralista polarizado com base na filosofia liberal (Hallin & Mancini, 2004).

Os sistemas dos *media* baseados em diferentes teorias produzem diferentes culturas mediáticas, que determinam o papel profissional dos jornalistas, enquadram as relações entre políticos e jornalistas e influenciam a formação dos enquadramentos jornalísticos.

A cultura dos *media* da China é uma cultura institucional politicamente centrada que segue a teoria da imprensa comunista soviética. Após a reforma e a abertura de Deng Xiaoping, em 1978, mas ainda sob a premissa do domínio do Governo, a indústria da imprensa passou gradualmente para um caminho de *marketização*, exercendo funções de entretenimento e aumentando o número de páginas de publicidade (Lai, 2001). Hoje em dia, no entanto, os *media* chineses continuam ainda a desempenhar o papel de porta-voz do Partido Comunista Chinês pelo que a instrumentalização dos *media* permanece no sistema mediático da China (Qin, 2016). Adicionalmente, os jornalistas tendem a integrar os valores e as crenças nacionais nos debates políticos públicos e na cobertura jornalística. Comparativamente, a cultura dos *media* ocidentais, que se encaixam no modelo liberal, é institucionalmente centrada nos próprios *media*, ou seja, os *media* apresentam uma maior tendência para realizar uma cobertura negativa e para uma anti-pan-politização. Comparando com o modelo liberal, os *media* portugueses atuam sob o modelo mediterrânico, ou pluralista polarizado. De acordo com Hallin e Mancini (2004), este modelo é marcado pela expressão por parte dos *media* das tendências ideológicas e de mobilização político-partidárias da sociedade e a sua cultura mediática tende a ser partidária. Portanto, a cobertura jornalística apresenta identidades políticas pluralistas, que tratam a imprensa como um fórum de debate razoável, promovendo, assim, uma ampla consulta política. Além disso, os *media* portugueses caracterizam-se também por um alto nível de paralelismo político, têm alguma intervenção do Estado e são principalmente dirigidos para um público de elite.

FATORES ESTRUTURAIS QUE AFETARAM OS QUADROS NOTICIOSOS DAS IMPRENSAS PORTUGUESA E CHINESA DE MACAU

Segundo a análise crítica do discurso, a produção e a interpretação dos textos discursivos estão intimamente relacionadas com os contextos políticos, sociais e culturais. Para explicar as diferenças nos enquadramentos jornalísticos, em especial nos temas políticos da comunicação internacional, deve ter-se em conta os fatores estruturais por detrás dos meios de comunicação de cada país. Embora no nosso objeto de estudo os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau coexistam na mesma cidade, eles pertencem a diferentes sistemas mediáticos e enquadram-se em contextos políticos e sociais de diferentes nacionalidades. Assim, quando exploramos os fatores que influenciaram a seleção dos enquadramentos, é necessário considerar o impacto dos fatores estruturais que os *media* das duas comunidades de Macau sofreram.

No que concerne ao fator histórico, como a “questão de Macau” fez sempre parte dos discursos colonial e anticolonial da China e de Portugal, durante muito tempo, Macau não teve o seu próprio discurso histórico (Tam, 1993). A narrativa foi sempre construída pelos discursos políticos e culturais da China e de Portugal e foi mudando à medida que as relações entre os dois países se alteravam. A sua posição narrativa foi sempre consistente com as ideologias políticas, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países. No contexto pós-colonial, com a aproximação da transferência de poderes, surgiram novos discursos históricos sobre a “questão de Macau” (Zeng, 2015). A narrativa histórica da parte portuguesa esforçou-se para enfatizar a ligação cultural e histórica entre Macau e Portugal, de forma a dar continuidade à presença da cultura portuguesa após a transferência administrativa. No lado chinês, a narrativa sobre a “questão de Macau” caracterizou-se por um forte discurso nacionalista, cujo objetivo era reconstruir os laços de sangue entre Macau e a nação chinesa, procurando, assim, estabelecer e fortalecer a identidade nacional chinesa em Macau. Assim, podemos concluir que as narrativas históricas feitas pela imprensa de línguas portuguesa e chinesa sobre a “questão de Macau” foram construídas pelos discursos políticos da China e de Portugal, uma vez que os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países determinaram as duas posições narrativas e os enquadramentos jornalísticos.

Do ponto de vista do fator político, o modelo da administração separada e a governação incompleta das autoridades portuguesas na era colonial levaram a comunidade chinesa de Macau a permanecer numa espécie

de estado de autonomia (Wu, 1998). Esta tradição governativa fez com que, nos últimos quatro séculos, Macau tivesse sempre falta de uma consciência social unificada e dominante. O modelo da administração separada também não permitiu que os chineses locais adquirissem uma tradição de participação política, o que resultou na indiferença da comunidade chinesa relativamente aos assuntos políticos (Yu et al., 1993). Desta forma, o discurso político da comunidade chinesa de Macau sobre a “questão de Macau” esteve sempre totalmente dependente do discurso político de Pequim. Por outras palavras, durante todo o processo de desenvolvimento de Macau, nem a comunidade portuguesa, nem a comunidade chinesa conseguiram ter qualquer poder de decisão para um desenvolvimento independente do seu território. A falta de uma subjetividade macaense fez com que o seu discurso político e a sua consciência social tivessem sido dominados pela consciência oficial da China e Portugal (Pang, 2013). Esta situação também se refletiu nos assuntos da transferência de poderes de Macau, especialmente nos assuntos da transição e nos trabalhos de preparação da construção da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em que os Governos chinês e português desempenharam um papel dominante e decisivo. E, isso prova mais uma vez que a construção dos *media* de Macau foi orientada pelos discursos políticos da China e de Portugal.

Além disso, a construção dos enquadramentos também foi afetada por fatores sociais. Devido à governação incompleta da administração portuguesa, na comunidade chinesa, as associações tradicionais foram gradualmente substituindo o papel das autoridades portuguesas no domínio da governação social (Lou, 2004), formando assim a estrutura binária da sociedade de Macau. Ou seja, a nível político, a comunidade chinesa foi governada pelo Governo de Macau, enquanto a sua governação social pertencia às associações chinesas locais, o que conduziu ao elevado grau de autonomia da comunidade chinesa e à falta de uma comunicação eficaz entre as autoridades portuguesas e a comunidade chinesa. Nesta situação, as associações tradicionais tornaram-se a única ponte de ligação entre a comunidade chinesa e o Governo. Desde modo, os líderes das associações transformaram-se em representantes de opinião na comunidade chinesa (Tam, 1993). Por outro lado, devido ao incidente 1-2-3 de 1966, as forças de Partido Nacionalista Chinês (a autoridade de Taiwan) retiraram-se completamente de Macau, fazendo com que todas as associações chinesas se tornassem pró-Pequim (Yu, 1999). Esta é uma explicação básica para a posição pró-Pequim dos jornais chineses de Macau, antes da transferência de poderes em 1999, situação que não sucedeu em Hong Kong, em 1997.

Como Hong Kong não possuía uma estrutura social binária, não se formou uma força unificada dominante na comunidade chinesa, como foi o caso das associações tradicionais de Macau. Por isso, antes da transferência de poderes de Hong Kong, as facções pró-democracia e pró-estabelecimento (pró-Pequim) lutaram entre si, o que levou os jornais de língua chinesa de Hong Kong a defenderem posições diferentes.

Em termos culturais, Macau é uma cidade com uma cultura diversificada, onde a cultura ocidental e a cultura chinesa convivem harmoniosamente há muito tempo. Este contexto de cultura diversificada tornou a identidade cultural de Macau mais complexa e diversa. Com a aproximação da transferência de poderes de Macau e suas consequências nos ambientes políticos e sociais, a questão da identidade cultural das duas comunidades de Macau tornou-se gradualmente mais relevante. No último ano da transição, os *media* de Macau transformaram-se em ferramentas importantes para a construção e a integração da identidade cultural. A transferência da soberania permitiu que os chineses de Macau escolhessem a identidade da República Popular da China, ou seja, que estabelecessem uma identidade nacional no quadro jurídico. Porém, no sentido cultural, ainda levaria muito tempo para que o processo de formação de uma verdadeira identidade nacional estivesse concluído. Portanto, a comunidade chinesa precisava de criar um sentimento de pertença política e cultural ao país com base na identidade cultural chinesa, que era a chave para manter a estabilidade social e implementar a política “um país, dois sistemas” no território de Macau. Por outro lado, como a posição da língua portuguesa em Macau era muito fraca e os macaenses enfrentavam um dilema de identidade, surgiu também uma crise de identidade cultural portuguesa, em 1999. Os macaenses foram sempre considerados como a base para a manutenção da presença portuguesa em Macau após a sua transição para a China, pelo que, antes da transferência administrativa, o Governo português de Macau necessitava de estabelecer a identidade cultural e a identidade comunitária portuguesa dos macaenses, a fim de manter a identidade própria e a singularidade de Macau.

Por último, o ambiente mediático de Macau foi também um fator importante, que afetou a construção dos enquadramentos jornalísticos. O surgimento de jornais locais em línguas portuguesa e chinesa em Macau foi o resultado da revolução burguesa em Portugal e na China, e o seu desenvolvimento também foi profundamente influenciado pelas reformas políticas e mudanças sociais dos dois países (Lam, 1999). Com esta situação, Macau teve, desde cedo, um ambiente mediático especial, em que

os *media* locais foram sempre afetados pelos discursos políticos e culturas mediáticas dos dois países. Por um lado, na perspectiva da cultura dos *media*, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as características das culturas mediáticas e os conceitos jornalísticos de Portugal e da China, respetivamente. Por outro lado, o ambiente mediático de Macau, que esteve sempre intimamente ligado às políticas de Portugal e da China, fez com que, em termos do discurso político, os jornais locais fossem consistentes com os *media* de massas dos dois países. Na cobertura da transição administrativa de Macau, os jornais portugueses locais ainda apresentavam uma característica dos jornais partidários. Isto é, havia posições diferentes quando se tratava de assuntos internos da comunidade, mas quando os assuntos estavam relacionados com a “questão de Macau”, nomeadamente as negociações do Grupo de Ligação Conjunta, ou os assuntos da transição, todos os jornais assumiram uma posição consistente com a de Portugal. Da mesma forma, os jornais chineses de Macau herdaram a função de disseminação da propaganda dos meios de comunicação oficiais da China, em que o seu discurso político do regresso de Macau foi consistente com o do Governo central da China.

Em resumo, se, por um lado, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem culturas jornalísticas diferentes, por outro, os fatores estruturais influenciaram as posições assumidas pelos jornais na cobertura da transferência de poderes para a China. As análises dos fatores estruturais apontam para uma conclusão comum, isto é, na cobertura da transferência administrativa de Macau, em 1999, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas da China e de Portugal determinaram os enquadramentos jornalísticos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

COMO SE CARACTERIZAM E EVOLUEM OS PADRÕES NA COBERTURA DA TRANSIÇÃO DE MACAU?

A partir do estudo da *relevância da cobertura jornalística*, podemos concluir que os meses de março, maio e dezembro foram os mais relevantes para os *media* macaenses ao longo do ano de 1999, devido à importância dos eventos que decorreram nesse período: a visita do Presidente Jorge Sampaio a Macau (março), a eleição do primeiro chefe do executivo da RAEM (maio) e a cerimónia de *handover* (dezembro). Os indicadores sobre o “volume” de peças publicadas, a sua “extensão” e a utilização de “fotografias”, durante estes três meses, apresentaram um maior valor

percentual do que o restante período do ano, o que mostra que, excetuando dezembro, a evolução da relevância não apresentou alterações regulares óbvias, alterando-se de acordo com a pertinência dos eventos.

Com base no estudo das variáveis “assinatura” e “gêneros”, podemos ver que o *Tribuna de Macau* e o *OU MUN* foram os jornais mais envolvidos com as respetivas comunidades, e o *Macau Hoje* foi o jornal com o menor grau de envolvimento de entre todos os restantes títulos estudados.

Segundo o estudo das variáveis “tema” e “ator”, os dados estatísticos obtidos relacionam-se com os conteúdos tratados. Na análise da distribuição da variável “tema”, podemos verificar que os quatro temas mais referidos foram os mesmos na imprensa portuguesa e chinesa: direito e justiça, assuntos da transição, preparação da RAEM e a respetiva eleição do chefe do executivo. Estes quatro temas, juntamente com o tema cerimónia, que teve um valor especial, tornaram-se os objetos da nossa análise do discurso. Ao nível da variável “ator”, podemos ver que o Governador Rocha Vieira e o futuro Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, foram as personalidades mais referidas na cobertura da transição, seguindo-se os Presidentes dos dois países, o Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, e o Presidente da China, Jiang Zemin. Porém, a frequência das ocorrências foi relativamente mais concentrada: março e dezembro, para o Presidente Jorge Sampaio, e outubro e dezembro, para o Presidente Jiang Zemin.

A variável “fontes” de informação refletiu a tendência ideológica e a posição dos *media* na cobertura jornalística. Segundo os dados obtidos para a distribuição dessa variável, podemos concluir que, na cobertura da transição de Macau, tanto os jornais portugueses, como os chineses, apresentaram um valor proeminente no grupo das fontes oficiais. Por outro lado, no grupo das fontes oficiais, as instituições da transição e o Governo central da China foram as fontes mais citadas na imprensa chinesa, enquanto o Governador Rocha Vieira e o Governo de Portugal foram as fontes mais referidas na imprensa portuguesa, o que mostra que as fontes de informação dominantes das comunidades portuguesa e chinesa de Macau não foram os habitantes locais, mas os Governos da China e de Portugal, ou seja, os discursos da transição de Macau foram dominados e construídos pelos dois países, e não pelas vozes locais.

OS ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA DA TRANSIÇÃO DE MACAU

O nosso estudo preocupou-se em identificar quais foram as linhas de força que marcaram os enquadramentos noticiosos da imprensa de língua

portuguesa e de língua chinesa. De seguida, analisaremos cada um desses enquadramentos, assim como os seus conteúdos. Através deles veremos também como os *media* em Macau fazem leituras em que reforçam as suas respetivas ligações a Portugal e à China, secundarizando a realidade específica de Macau e dos macaenses.

ENQUADRAMENTOS DA IMPRENSA PORTUGUESA

SENTIMENTOS CONTRADITÓRIOS

Com o enquadramento pretende-se descrever os sentimentos experienciados pela comunidade portuguesa face à transferência de poderes, em que sentimentos aparentemente contraditórios, como inquietação e esperança, se encontravam interligados. Estes sentimentos contraditórios eram provenientes das incertezas relativas à sobrevivência e ao desenvolvimento da comunidade portuguesa, após 1999. O enquadramento foi frequentemente utilizado nas peças relacionadas com os assuntos que envolviam o grupo dos macaenses. Alguns macaenses não estavam dispostos a viver sem o sentimento de superioridade inerente à sua descendência ou sem a vantagem que lhes conferia o domínio da língua portuguesa e preferiram emigrar para outros lugares. Além disso, o Governo da China não admitia a dupla nacionalidade, deixando os macaenses apreensivos relativamente aos seus futuros direitos políticos em Macau. Havia, no entanto, macaenses que depositavam confiança e esperança no seu futuro em Macau, pois perceberam que, apesar de perderem vantagens políticas, a transferência de poderes poderia ser uma oportunidade que lhes proporcionaria novos e promissores desafios.

MANTER A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Este enquadramento foi frequentemente usado na cobertura de tópicos relacionados com a cultura, a língua portuguesa e a educação. O enquadramento sublinhou que o Governo português de Macau deveria dar continuidade ao seu legado histórico e cultural, uma vez que esse legado era, por um lado, a mais importante característica que permitia distinguir Macau de outras cidades e, por outro, uma forma de assegurar a efetiva implementação do modelo “um país, dois sistemas”. Por outras palavras, este enquadramento foi considerado a chave para a manutenção da identidade própria e da singularidade de Macau. A Escola Portuguesa de Macau, como elemento

“continuador” da presença portuguesa naquele território, tornou-se num protagonista importante nas peças relacionadas com este enquadramento.

SAIR COM HONRA E DIGNIDADE

O quadro “orgulho” foi frequentemente mencionado para elogiar o “sentido de responsabilidade” que o Governo português de Macau demonstrou no processo de criação da RAEM, que compreendia os projetos de infraestruturas concluídos durante o período de transição, bem como as adaptações das instituições, das leis e da administração, num quadro de articulação com a China. Além de ser aplicado para falar da contribuição da administração portuguesa durante o período da transição, o quadro surgiu também frequentemente nas peças jornalísticas sobre os legados portugueses em Macau. Esse enquadramento enfatizou que, face à transição de administração, os portugueses poderiam sentir orgulho no que deixavam em Macau e poderiam deixar o território com honra e dignidade.

AMIZADE E COOPERAÇÃO

O quadro da cooperação e amizade luso-chinesa foi o mais frequentemente utilizado na cobertura da transição da imprensa portuguesa, e o seu núcleo foi a ideia de que “a transição ficará como exemplo da cooperação luso-chinesa” (*Macau Hoje*, 27 de setembro, 1999). Na cobertura da transição, o quadro foi usado principalmente para falar de três aspetos: relativamente ao passado, para descrever a cooperação amigável entre as duas partes durante o período da transição; no processo de resolução dos assuntos da transição, para convencer a outra parte a resolver ativamente os problemas; e para falar do futuro, na véspera da cerimónia, para enfatizar que as relações entre Portugal e a China iriam entrar numa nova fase, após 1999. Quando as duas partes do Grupo de Ligação Conjunto, de Portugal e da China, entraram em divergência, sobretudo sobre a questão do Tribunal de Última Instância ou do momento da entrada da guarnição militar em Macau, a ênfase da imprensa portuguesa na amizade luso-chinesa pretendia atingir dois objetivos: levar a outra parte a promover ativamente a resolução de questões; e sugerir à outra parte que, ao enfrentar as divergências, respondesse com base na premissa da amizade. À medida que a data da cerimónia de *handover* se aproximava, a aplicação deste quadro passou a ignorar a questão de Macau em si, e centrou-se nas futuras relações diplomáticas.

MANTER A AUTONOMIA E O SEGUNDO SISTEMA

No que concerne à manutenção da identidade própria de Macau e da sua singularidade, o enquadramento “manter a presença portuguesa em Macau” prestou mais atenção à continuidade da cultura e da língua portuguesa em Macau, enquanto o enquadramento “manter a autonomia e o segundo sistema” coloca mais ênfase na importância dos legados políticos e judiciais, especialmente em termos de liberdades e direitos. De todos os legados políticos e judiciais, o “conjunto amplo de direitos, liberdades e garantias de que a população local goza” foi considerado “o maior legado que Portugal deixa em Macau” (“Direitos, Liberdade e Garantias São Elementos Fundamentais”, *Macau Hoje*, 22 de março, 1999). Portanto, os legados políticos e judiciais portugueses foram considerados a base para manter a autonomia e o “segundo sistema” em Macau após a transferência administrativa, tendo sido sempre destacados na cobertura da transição. Esse enquadramento fez salientar principalmente dois aspetos: primeiro, a imprensa portuguesa de Macau acreditava que “o sistema judicial é condição essencial para a autonomia da RAEM” (“O Sistema Judicial É Condição Para a Autonomia da RAEM”, *Tribuna de Macau*, 20 de abril, 1999), e evidenciava que sem um sistema judicial próprio, Macau não poderia distinguir-se das outras regiões da China, nem poderia afirmar que tinha características próprias e essenciais; segundo, defendia que o futuro de Macau “deve manter os valores do pluralismo democrático e da divisão de poderes” (“Valores Demarcativos no Adeus ao Hemiclo”, *Tribuna de Macau*, 10 de dezembro, 1999). Esta linha foi sempre referida nas peças relacionadas com a Assembleia Legislativa de Macau, que sublinhavam que a Assembleia Legislativa era um dos pilares fundamentais do sistema da divisão de poderes, que, nas sociedades pluralistas, aparecia como uma condição essencial para a afirmação da responsabilidade política.

ENQUADRAMENTOS DA IMPRENSA CHINESA

O FIM DA HISTÓRIA DA HUMILHAÇÃO

A ideia de que “o regresso de Macau à Pátria põe um fim à humilhação do povo chinês” (“Resoect Historical Facts and Strive for Peaceful Development”, *OU MUN*, 15 de dezembro, 1999) foi a linha principal da propaganda oficial chinesa, que se refletiu na cobertura da transição dos jornais chineses em Macau. O enquadramento fazia parte do discurso nacionalista chinês típico, que já tinha também sido usado na cobertura do

processo de transição de Hong Kong, em 1997. Este enquadramento interligou a restauração das soberanias de Hong Kong e de Macau com a sua história semi-colonial do século XIX, e colocou os regressos de Hong Kong e de Macau de Macau à soberania chinesa no contexto das “realizações nacionais”, visando fortalecer a identidade nacional através da cobertura jornalística. Deve notar-se que, ao contrário do que sucedeu em 1997 na cobertura do caso de Hong Kong, no regresso de Macau à China este enquadramento foi mais utilizado para fins de propaganda patriótica pura, visando claramente a construção e o fortalecimento da identidade nacional dos chineses de Macau. Isto porque, em 1976, o novo Estatuto Orgânico de Macau já tinha redefinido Macau como “território chinês sob administração portuguesa”, não havendo, portanto, um conflito real entre a China e Portugal sobre a questão da soberania de Macau, o que permitiu uma transição suave. Neste caso, com base no relacionamento amigável entre China e Portugal, o enquadramento foi principalmente usado para a disseminação de propaganda patriótica e o fortalecimento da identidade nacional. Em contraste, na cobertura da transição de Hong Kong, em 1997, a guerra sino-britânica do ópio foi considerada o início da história da humilhação, tendo Hong Kong sido ocupada pela força. O quadro de “humilhação nacional” foi, por isso, aqui mais destacado, assim como a imagem colonial do Reino Unido. Uma vez que a parte britânica queria devolver apenas a soberania de Hong Kong e manter o seu poder de governação, os dois lados entraram em grandes divergências nas negociações, tendo os conflitos sido constantes durante todo o período da transição. Assim, na cobertura da transição de Hong Kong, o quadro de “humilhação nacional” foi principalmente usado para orientar a opinião pública e os sentimentos nacionalistas, a fim de pressionar o Governo britânico.

OLHAR PARA A FRENTE

Um dos tópicos veiculados pela China pretendia mostrar que, após a transferência de poderes de Macau, as relações sino-portuguesas iriam “avançar para um novo ponto de partida” (“Standing on a New Starting Point”, *Va Kio*, 21 de dezembro, 1999). Este enquadramento foi frequentemente usado em discussões sobre as relações entre o passado e o futuro, sublinhando que embora a história colonial de Macau não pudesse ser eliminada, os dois lados deveriam enfrentar o futuro com realismo, ou seja, tratar a transferência de poderes de Macau como um novo ponto de partida para as relações sino-portuguesas. Com o intuito de orientar o público a

“olhar para a frente”, a imprensa chinesa fez uma análise da história da presença portuguesa em Macau, salientando que se devia distinguir a história antes de 1849 e a era colonial, assim como as medidas tomadas antes e após 1974, e que se devia também distinguir a história colonial de Hong Kong e a história colonial de Macau. O enquadramento foi também usado para avaliar a administração portuguesa em Macau. A imprensa chinesa sublinhou que a história não pode ser evitada, mas também que o passado já passou: “a história fará uma avaliação justa” do passado e, por isso, devemos tratar o regresso de Macau como o novo ponto de partida e “olhar para frente” (“History Will Surely Have a Fair Evaluation”, *OU MUN*, 15 de dezembro, 1999).

UMA FESTA DA FAMÍLIA

O enquadramento “uma festa da família” assenta nas características do discurso nacionalista e surgiu, principalmente, nas peças jornalísticas relacionadas com atividades de celebração. Sob este enquadramento, Macau foi imaginado como o filho de uma família que tinha saído de casa há muitos anos e que iria voltar aos braços da sua mãe. Com base nesta criação, e através do discurso nacionalista, a imprensa chinesa transformou uma “celebração nacional” numa “celebração familiar”. Por outras palavras, nessa construção imaginária, a nação chinesa era como uma grande família, cujos membros, que incluíam os compatriotas da China continental, de Hong Kong e de Taiwan, assim como os chineses espalhados por todo o mundo, que, embora com possíveis convicções políticas diferentes, celebrariam juntos o regresso de Macau à soberania chinesa. No seguimento desta ideia, os jornais chineses relacionaram o “regresso de Macau à China” com a concepção artística de “regresso a casa” da cultura tradicional chinesa, de forma a criar uma forte conexão emocional entre Macau e a pátria e estabelecer a identidade nacional chinesa em Macau.

A FÓRMULA “UM PAÍS, DOIS SISTEMAS” E A “REUNIFICAÇÃO COMPLETA DA CHINA”

“Defender a fórmula ‘um país, dois sistemas’, e concretizar a reunificação da China” era um dos princípios básicos de Pequim para tratar as “questões deixadas pela história” (“Taiwan Is the Next Goal of China’s Reunification”, *OU MUN*, 22 de dezembro, 1999), tendo-se tornado num dos enquadramentos principais da cobertura da transição de Macau na imprensa chinesa. O quadro “um país, dois sistemas” foi utilizado para

sublinhar que a autonomia deveria ser entendida sob a premissa do “interesse nacional”, ou seja, “um País” primeiro, “dois Sistemas” depois. O quadro “reunificação da pátria” tende a salientar que a reunificação nacional era uma aspiração partilhada por todo o povo chinês e a criticar as intenções de separação da autoridade de Taiwan. Sob este quadro, os jornais chineses previam que a questão de Taiwan não se arrastaria por muito tempo, após as questões de Hong Kong e Macau serem resolvidas.

AMANHÃ SERÁ MELHOR

Ao contrário dos outros enquadramentos analisados, este enquadramento não foi dirigido a nenhum tema específico, aplicando-se a todos os temas, ou seja, funcionou como um enquadramento fixo no discurso da propaganda chinesa do regresso de Macau à China. O enquadramento mostrou, por um lado, que o território iria entrar numa nova era em que haveria uma “Macau administrativa por gente de Macau”, com um elevado grau de autonomia, e que, portanto, o futuro seria melhor. Por outro lado, o mesmo enquadramento também serviu para aumentar a confiança da população de Macau na política “um país, dois sistemas” e o otimismo relativamente ao desenvolvimento económico de Macau sob a liderança do Governo central da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo explorar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau fizeram a cobertura da transferência de poderes de Macau, no ano de 1999. O estudo do processo de construção das peças jornalísticas teve por base a identificação dos enquadramentos selecionados para a cobertura jornalística e os fatores que influenciaram esta seleção.

Da discussão sobre os diferentes significados dos enquadramentos, podemos retirar duas características comuns na cobertura da transição de Macau: primeiro, os enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau refletiram as vontades políticas de Portugal e da China; segundo, foram utilizados para estabelecer e fortalecer as identidades culturais portuguesa e chinesa das respetivas comunidades.

A partir do estudo comparativo do jornalismo e dos contextos de produção de notícias, obtivemos os fatores que influenciaram o processo de construção dos enquadramentos: os fatores internos, principalmente

os diferentes sistemas mediáticos da China e de Portugal; e os fatores estruturais, nos quais se incluem os contextos histórico, político, social cultural e do ambiente mediático.

As narrativas históricas da “questão de Macau” foram, desde o início, construídas pelos discursos históricos da China e de Portugal. Devido ao modelo da administração separada e à governação incompleta da autoridade portuguesa, Macau não adquiriu a sua “subjetividade” própria, pelo que os seus discursos políticos e consciências sociais acabaram por ser influenciados pelas ideologias dominantes da China e de Portugal. Esta questão refletiu-se na cobertura da transição de Macau, especialmente de alguns assuntos da transição, em que as posições dos *media* locais foram consistentes com as posições da China e de Portugal.

Adicionalmente, a estrutura binária da sociedade de Macau traduziu-se na forte influência política que as associações tradicionais chinesas tinham na comunidade chinesa. Este fator em combinação com a retirada de Macau do Partido Nacionalista Chinês (autoridade de Taiwan) após o motim 1-2-3, fez com que os *media* locais de língua chinesa assumissem uma posição pró-Pequim nos assuntos políticos.

Por último, a fundação e o desenvolvimento dos jornais de Macau foram profundamente afetados pelas reformas políticas e pelas mudanças sociais dos dois países, criando um ambiente mediático especial em Macau. Os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as culturas jornalísticas de Portugal e da China, respetivamente, da mesma forma que os seus discursos políticos e posições políticas foram consistentes com os discursos e as posições dos *media* dos seus países.

Em conclusão, na cobertura da transição de Macau para a China, no ano de 1999, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem culturas jornalísticas diferentes, enquanto os fatores estruturais de Macau atribuíram significados simbólicos distintos aos enquadramentos construídos. Com base na análise dos fatores estruturais, podemos concluir que os interesses nacionais da China e de Portugal e as suas estratégias diplomáticas determinaram os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau na cobertura da transferência de poderes de Macau, no ano de 1999.

REFERÊNCIAS

- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.

- Hallin, D., & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Lai, H.-W. (2001). A discussion on the theory and practice of journalism in mainland China. *Research on Communist Party Issues*, 27(3), 67–75.
- Lam, L.-F. (1999). Development characteristics of Portuguese newspapers in Macao. *Macao Studies*, 10, 22–23.
- Lou, S. (2004). *Research on Macau societies in the transitional period – An analysis of the incorporated system in a multiple society*. Guangdong People's Publishing House.
- Pang, J. (2013). *One country, two systems and democratization of governance in Macau*. Social Sciences Academic Press.
- Qin, H. (2016). Media system: A research field needs to be reviewed – An interview with Professor Daniel C. Hallin. *Chinese Journal of Journalism & Communication*, 38(2), 73–83.
- Siebert, F. S., Peterson, T., & Schramm, W. (1956). *Four theories of the press*. University of Illinois Press.
- Tam, C.-C. (1993). *Sino-Portuguese disputes on Macau's status* [Tese de doutoramento, National Cheng Chi University].
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. The Free Press.
- Wang, Y.-L. (1998). The influence of mainland China's reform and open-up policy on the management of television business. *Mass Communication Research (TSSCI)*, 56, 27–49.
- Wu, Z. (1998). *The way of survival – On Macau's political system and political development*. Macau Adult Education Society.
- Yu, Z. (1999). The political role of the Macao associations in the SAR system. *Macao Policy Research*, 4(33), 33.
- Yu, Z., Liu, B., & Wu, D. (1993). *Macao Chinese political culture*. Fundação de Macau.
- Zeng, Y. (2015). Media construction of “decolonization” and “local consciousness”. *Literature and Art Research*, 5, 11–12.